



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## Senhores Governadores

É com satisfação muito especial que os vejo a todos aqui reunidos em Brasília, por convocação da Presidência Nacional da ARENA, para algumas jornadas de frutuoso contatos políticos e administrativos, seja com o mais alto órgão de direção do Partido do Governo, seja com os escalões superiores da administração federal.

Certamente, a ARENA muito virá a beneficiar-se com reuniões como esta — que espero se repita no decorrer do tempo —, em proveito do melhor cumprimento da tarefa que ao Partido cabe realizar de suporte político do Poder Executivo, tanto na esfera federal como no âmbito estadual, e, mais do que isso, para que se alce e mantenha à altura de suas pesadas responsabilidades perante todo o povo brasileiro, como Partido majoritário, assim consagrado nas últimas eleições ocorridas no país, em clima de rara mobilização do eleitorado e da maior liberdade de expressão da vontade popular.

Entrosamento perfeito entre os vários órgãos da hierarquia partidária; mobilização de todos os líderes de real densidade política, desde o limiar das bases distritais e municipais; diluição de quaisquer inte-

resses personalistas ou de facções — que os não alimente o espírito dissociador do favoritismo ou das clientelas familiares — para que se crie um real «espírito de corpo» e um partido verdadeiro pela coesão, tanto na doutrina como na ação; dinamismo persistente, de todos os dias, na mobilização incansável do eleitorado e no recrutamento e formação de lideranças sempre renovadas dentre as gerações mais jovens — eis quanto se espera de um Partido que sente a necessidade inadiável de afirmar-se e de crescer. Grande, decisivo mesmo, será o papel que caberá aos senhores novos Governadores, na recriação de estruturas partidárias seriamente abaladas por cisões e traumatismos ainda recentes. Impõe-se-lhes apaziguar divergências, somar dedicações, premiar esforços, combater o desânimo que facilmente contagia, levando à apatia e à inércia, e injetar o entusiasmo sadio que empolga e estimula as virtudes cívicas, para uma arregimentação partidária consciente de seus deveres de fidelidade à agremiação e de superior devotamento aos interesses supremos da Pátria.

Mas disso tudo, dessas altas responsabilidades que lhes foram cometidas, Senhores Governadores, já lhes devem ter falado exaustivamente — assim o espero — os atuais titulares dos postos mais elevados da direção nacional do Partido.

Desejo, pois, aproveitar esta oportunidade ímpar da cordial visita coletiva que me fazem, para referir-me, em particular, às normas que julgo devam prevalecer no relacionamento entre Governos da

União e dos Estados, nesta quadra ainda tão áspera da vida nacional.

O Brasil, desde a implantação da República, é uma nação federativa em que se respeita e cultiva a autonomia dos Estados, como se proclamam e reconhecem as vantagens do municipalismo criador. Não se conseguiria, entretanto, esgotar, nessa fórmula, necessariamente abstrata e genérica, o dilema, sempre presente e de equilíbrio continuamente mutável, entre centralização e descentralização administrativas. Mestre Oliveira Viana, em estudos da evolução das instituições políticas brasileiras, mostrou bem a eterna oscilação entre esses dois polos da centralização mais rígida e da descentralização mais elástica, que tem balizado períodos sucessivos da vida nacional e, numa visão geopolítica desses fatos históricos, assinalou a importância do fator «circulação» através de base física tão imensa. No Brasil de hoje, interferem extraordinariamente nesse processo a proliferação incessante de vias e meios modernos de transporte, a par da trama de feixes de comunicações eletrônicas quase instantâneas, recobrando a maior parte do território nacional. De outro lado, chegamos, também, à era do planejamento estatal, do qual não poderá prescindir, daqui por diante, qualquer país que não deseje soçobrar na estagnação e na miséria, antes se esforce por impulsionar o desenvolvimento integrado da Nação nos campos político, psicossocial e econômico. E planejamento, na sua elaboração e em sua execução, exige, de qualquer forma, dose larga de coordenação e de

controle, tanto maior quanto menos desenvolvido e, pois, mais vulnerável a pressões externas, for o país de que se trate.

Assim, temperado embora pelas potencialidades muito acrescidas que lhe oferecem os modernos sistemas de comunicações e transportes, encurtando distâncias e salvando obstáculos, o Brasil de nossos dias ingressou, já se vão muitos anos, num período de supremacia indiscutível da centralização sobre a descentralização, modulando em tal sentido os conceitos, nem por isso traídos, do federalismo e da autonomia estadual.

Temos sabido, graças a Deus e à flexibilidade que Ele concedeu à nossa gente, adaptar-nos agilmente, desde os remotos tempos coloniais e passando pelo Império e a 1ª República, a essa permanente oscilação entre centralização e descentralização que tão bem caracteriza a evolução do povo brasileiro. No ciclo atual em que estamos insertos, foram se criando organizações intermediárias, algumas não de todo estruturadas ainda, entre a União e os Estados como as Superintendências regionais, entre os Estados e Municípios como as Regiões Metropolitanas. E o pragmatismo criador acabou fixando normas de convivência entre os vários escalões de governo que nos cumpre, dia a dia, aperfeiçoar, de modo a alcançar eficiência cada vez maior no planejamento e rendimento crescente da execução e seu controle.

Os Planos, Orçamentos e Programas federais estabelecem os quadros nacional ou mesmo regio-

nais em que se devem necessariamente inscrever o planejamento e as atividades dos Estados, sem quebra sensível de seu grau de autonomia. Respeitando-a conscientemente, buscarei sempre que possível recorrer, fornecendo-lhes os necessários recursos e apoio, aos instrumentos e organizações estaduais, e mesmo locais, para a concretização dos planos federais, concorrendo a União diretamente para complementá-los, se não para suprir-lhes a falta quando de todo irremediável.

Estou certo de merecer a melhor compreensão e alto espírito de cooperação por parte dos Senhores Governadores, aos quais não regatearei meu apoio nem os recursos de que disponha a União, para impulsionar o progresso do país, isto é, o de todas as suas unidades federadas em aceitável equilíbrio.

Processos vários poderão ser utilizados na articulação das atividades entre órgãos federais e estaduais, ressaltando entre eles, como já se vem largamente fazendo, o de convênios estabelecidos com maior ou menor grau de detalhamento e definição mais ou menos precisa das responsabilidades de cada qual. Empresas mistas União-Estado, até com participação de empresários privados, poderão ser solução mais adequada em certos casos. E a outros modelos de cooperação poder-se-á recorrer também.

Mais do que qualquer processualística, no entanto, valerão os esforços que despendermos conjugadamente no sentido do mais rápido e sólido desenvolvimento do país e de melhor qualidade da

vida para nosso povo, pelo que traduzam de identidade de propósitos, sinceridade de esforços e comunhão de interesses maiores, nunca egoístas nem mesquinhos.

Com a segurança de que bem haveremos de trabalhar juntos, em sintonia, para o progresso deste vasto e grande país, eu auguro, a todos os Senhores Governadores, pleno êxito nas árduas tarefas de governança que em breve irão empreender com fé e confiança nos destinos gloriosos da Nação brasileira.